

O CRIME DA ESTAÇÃO: HISTÓRIA LOCAL E MICRO-HISTÓRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

THE STATION CRIME: LOCAL HISTORY AND MICROHISTORY IN THE FIRST BRAZILIAN REPUBLIC

EL CRIMEN DE LA ESTACIÓN: HISTORIA LOCAL Y MICROHISTORIA EN LA PRIMERA REPÚBLICA BRASILEÑA

Marcial Rosa de Oliveira¹
Liliane Cristina Coelho²

Resumo

Este artigo analisa o Crime da Estação, ocorrido em Ouro Fino (MG), em 1919, como observatório micro-histórico das relações entre poder local, coronelismo e violência política na Primeira República. A pesquisa articula história local, micro-história e jogo de escalas, utilizando jornais da época, fontes memorialísticas, correspondência e bibliografia especializada. A análise demonstra que o episódio não foi isolado, mas se inseriu em uma configuração política marcada por disputas entre grupos locais, personalização do poder, uso político da imprensa e tensões institucionais. A redução da escala permite observar como mecanismos políticos de alcance mais amplo se materializavam no cotidiano municipal.

Palavras-chave: história local; micro-história; Primeira República; coronelismo; violência política.

Abstract

This article examines the Station Crime, which occurred in Ouro Fino, Minas Gerais, in 1919, as a microhistorical observatory of the relations between local power, coronelismo, and political violence during the First Brazilian Republic. The study combines Local History, microhistory, and the interplay of scales, using contemporary newspapers, memoirs, correspondence, and specialized historiography. The analysis shows that the episode was not isolated, but part of a political configuration marked by local disputes, personalized power, political uses of the press, and institutional tensions. Reducing the scale makes it possible to observe how broader political mechanisms became concrete in municipal life.

Keywords: local history; microhistory; First Republic; coronelismo; political violence.

Resumen

Este artículo analiza el Crimen de la Estación, ocurrido en Ouro Fino, Minas Gerais, en 1919, como observatorio micro histórico de las relaciones entre poder local, coronelismo y violencia política durante la Primera República brasileña. La investigación articula Historia Local, microhistoria y juego de escalas, utilizando periódicos de la época, fuentes memorialísticas, correspondencia y bibliografía especializada. El análisis demuestra que el episodio no fue aislado, sino que se insertó en una configuración política marcada por disputas entre grupos locales, personalización del poder, uso político de la prensa y tensiones institucionales. La reducción de la escala permite observar cómo mecanismos políticos de mayor alcance se materializaban en la vida cotidiana del municipio.

Palabras clave: historia local; microhistoria; Primera República; coronelismo; violencia política.

¹ Bacharel em História pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER.

² Docente no Centro Universitário Internacional - UNINTER.

1 Introdução

A historiografia da Primeira República brasileira produziu importantes interpretações acerca da formação do Estado republicano, do federalismo, do coronelismo e das relações entre o poder central e as oligarquias estaduais. Embora essas análises tenham ampliado significativamente a compreensão do funcionamento político do regime, a maior parte delas privilegiou processos observados em escala nacional, deixando em segundo plano as formas pelas quais tais estruturas se materializavam no cotidiano dos municípios. Foi justamente nas pequenas cidades que as disputas eleitorais, o exercício do poder local, a atuação da imprensa, o funcionamento da justiça e a violência política assumiram sua dimensão concreta, tornando visíveis relações que frequentemente permanecem diluídas nas interpretações gerais (Revel, 1998).

Nas últimas décadas, a valorização da história local e da micro-história ampliou as possibilidades de investigação desses espaços, demonstrando que acontecimentos circunscritos podem oferecer importantes contribuições para a compreensão de processos históricos de maior alcance. A redução da escala de observação deixou de representar uma limitação metodológica para tornar-se uma estratégia capaz de revelar aspectos pouco perceptíveis quando analisados exclusivamente em perspectiva nacional.

É nesse horizonte que se insere o presente estudo. Parte-se da premissa de que determinados acontecimentos históricos, quando investigados em profundidade e contextualizados por um conjunto consistente de fontes, podem constituir observatórios privilegiados para compreender estruturas políticas de maior amplitude. Sob essa perspectiva, o Crime da Estação, ocorrido em Ouro Fino (MG), em agosto de 1919, é compreendido como um observatório micro-histórico da Primeira República brasileira. O interesse da pesquisa não reside apenas na reconstrução do episódio, mas na possibilidade de utilizá-lo como chave interpretativa para compreender as relações entre coronelismo, poder local, imprensa, justiça e violência política que caracterizaram o regime republicano.

A pesquisa fundamenta-se na análise de jornais publicados entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, obras memorialísticas e documentação histórica produzida no contexto dos acontecimentos, articuladas aos referenciais da História Política e História Local. A hipótese central sustenta que a investigação desse acontecimento permite identificar mecanismos de dominação, negociação e controle político que extrapolavam os limites do município de Ouro Fino e integravam o funcionamento da Primeira República em diferentes regiões do país.

Ao compreender o Crime da Estação como um observatório micro-histórico, este artigo pretende contribuir para o debate historiográfico acerca das potencialidades da história local como instrumento de interpretação de processos históricos nacionais, demonstrando que a análise rigorosa de uma realidade municipal pode ampliar a compreensão das estruturas políticas que sustentaram a Primeira República brasileira.

2 Referencial teórico e metodológico

2.1 História Local e a construção do objeto histórico

José D'Assunção Barros (2004) chama atenção para a importância das escalas de observação na construção do conhecimento histórico. A delimitação espacial não constitui apenas uma operação geográfica, mas uma escolha metodológica que interfere diretamente na constituição do objeto e na interpretação dos fenômenos investigados. Uma cidade, uma comunidade ou mesmo um acontecimento específico pode ser tomado como unidade de análise sem que isso implique isolá-lo das relações que estabelecia com espaços e processos de maior amplitude.

A história local, nessa perspectiva, adquire importância justamente porque permite observar a maneira pela qual estruturas mais amplas eram apropriadas, negociadas e transformadas pelos sujeitos em situações concretas. Conceitos como Estado, coronelismo, poder oligárquico, cidadania ou violência política não se manifestavam de maneira abstrata na experiência cotidiana. Eram vivenciados por meio de relações pessoais, disputas eleitorais, decisões administrativas, conflitos judiciais, atuação da imprensa e práticas de coerção.

É nessa dimensão que a história de Ouro Fino se torna relevante para o presente estudo. A investigação do município durante a Primeira República não pretende produzir uma narrativa autônoma ou desvinculada da história nacional. Ao contrário, busca compreender como processos políticos mais amplos assumiram formas específicas no interior de Minas Gerais. O município é, portanto, tomado como uma escala privilegiada de observação, capaz de aproximar o historiador das práticas concretas por meio das quais as estruturas políticas republicanas se reproduziam e eram contestadas.

2.2 Micro-história

O acontecimento como possibilidade de interpretação Carlo Ginzburg (1989) oferece uma contribuição fundamental para essa perspectiva por meio do chamado paradigma

indiciário. O autor demonstra que o historiador pode construir interpretações a partir de vestígios aparentemente secundários, fragmentários ou marginais. Assim como um investigador reconstrói um acontecimento a partir de sinais aparentemente dispersos, o historiador trabalha com indícios deixados pelas sociedades do passado. Documentos judiciais, correspondências, relatos, jornais e outros registros não constituem apenas fontes de informação factual; podem revelar comportamentos, relações sociais, conflitos e formas de representação que não aparecem explicitamente em uma narrativa histórica convencional.

Essa perspectiva é particularmente relevante para a presente pesquisa. O Crime da Estação não é tomado exclusivamente a partir de sua ocorrência material, mas do conjunto de vestígios produzidos em torno dele. As notícias publicadas pela imprensa, as diferentes versões sobre os acontecimentos, os registros documentais e as memórias posteriormente construídas constituem indícios que permitem reconstruir o universo político no qual o crime ocorreu. O acontecimento, portanto, interessa tanto pelo que efetivamente ocorreu quanto pelas relações de poder que podem ser identificadas através dos vestígios deixados por sua ocorrência.

Giovanni Levi (1992) contribui para essa discussão ao enfatizar a importância das estratégias dos sujeitos históricos. A micro-história permite observar como indivíduos e grupos atuam em estruturas que condicionam suas possibilidades de ação, mas que não eliminam sua capacidade de escolha, negociação e conflito. Essa perspectiva desloca a análise de estruturas abstratas para as relações concretas estabelecidas entre os sujeitos.

Aplicada ao estudo de Ouro Fino, essa abordagem permite investigar não apenas a existência de grupos políticos rivais, mas as estratégias utilizadas por esses grupos para construir alianças, controlar espaços institucionais, influenciar a imprensa e disputar legitimidade. O poder local passa, assim, a ser compreendido como uma relação dinâmica, constituída por negociações, dependências, resistências e conflitos, e não simplesmente como domínio absoluto exercido por uma liderança política.

2.3 O jogo de escalas e o Crime da Estação como observatório micro-histórico

A contribuição de Jacques Revel (1998) é fundamental para estabelecer a articulação entre a escala local e os processos históricos de maior amplitude. Ao discutir o chamado “jogo de escalas”, Revel demonstra que diferentes níveis de observação não oferecem simplesmente versões maiores ou menores de uma mesma realidade. Cada escala produz determinadas visibilidades e, conseqüentemente, permite formular perguntas distintas.

É nesse sentido que o artigo emprega a expressão observatório micro-histórico. A expressão não pretende designar uma nova corrente historiográfica ou atribuir aos autores da micro-história um conceito que não formularam nesses termos. Trata-se de uma categoria analítica utilizada neste estudo para caracterizar o modo pelo qual o Crime da Estação será investigado.

O acontecimento funciona como um ponto de observação. A partir dele, permite-se acompanhar diferentes dimensões da realidade republicana: as relações entre grupos políticos locais, a atuação das autoridades públicas, o papel da imprensa, os limites da justiça, as disputas eleitorais e as práticas de coerção. O crime, portanto, não constitui o ponto final da investigação, mas o ponto de partida para uma análise que busca conectar diferentes escalas.

Essa opção metodológica permite inverter uma perspectiva tradicional da história política. Em vez de partir das grandes estruturas nacionais para explicar o município, parte-se de um acontecimento municipal para interrogar as estruturas nacionais. A pergunta deixa de ser apenas como a Primeira República funcionava em seus centros de poder e inclui outra dimensão: como esse regime era vivido, reproduzido e disputado nas pequenas cidades brasileiras?

O jogo de escalas permite, dessa maneira, estabelecer uma relação dialética entre o particular e o geral. O acontecimento local é compreendido a partir de seu contexto histórico mais amplo, mas esse mesmo acontecimento pode devolver novas questões à interpretação nacional. A escala reduzida não funciona como um fim em si mesma, mas como instrumento para produzir uma compreensão mais complexa do processo histórico (Revel, 1998).

2.4 História Política, coronelismo e poder local na Primeira República

A utilização da micro-história para analisar o Crime da Estação exige sua articulação com a historiografia da Primeira República. Nesse campo, o conceito de coronelismo ocupa posição central para compreender as relações entre poder local, governos estaduais e poder federal.

Victor Nunes Leal (2012), em sua análise clássica do coronelismo, demonstrou que o fenômeno não pode ser reduzido à simples existência de chefes políticos locais dotados de grande poder pessoal. O coronelismo deve ser compreendido como resultado de uma estrutura de relações entre o poder privado e o poder público, na qual as lideranças municipais estabeleciam vínculos de dependência e reciprocidade com as instâncias superiores do Estado.

Essa perspectiva é fundamental para evitar uma interpretação personalista do poder local, permitindo compreendê-lo como parte de uma engrenagem política mais ampla.

A contribuição de José Murilo de Carvalho (1987) para a compreensão da formação da cidadania e da cultura política brasileira também é importante para este estudo. A experiência republicana não significou a imediata universalização das práticas democráticas. Ao contrário, a construção da cidadania ocorreu em meio a limites institucionais e sociais que condicionaram a participação política. Na Primeira República, a distância entre os princípios formais do regime e as práticas políticas efetivamente existentes constituiu uma das características fundamentais da experiência republicana.

Essa tensão entre instituições formais e práticas políticas concretas constitui uma das questões centrais para a análise do Crime da Estação. A existência de instituições republicanas, eleições, imprensa, justiça, administração pública e autoridades constituídas não significava necessariamente que essas instituições funcionassem de maneira autônoma em relação às redes de poder locais. É justamente na observação das relações entre essas instituições e os grupos políticos que a escala micro-histórica pode oferecer uma contribuição significativa.

É nessa articulação entre História Local, micro-história e História Política que se fundamenta a abordagem proposta. O coronelismo fornece uma chave para compreender a estrutura das relações de poder; a micro-história oferece instrumentos para observar essas relações em escala reduzida; o jogo de escalas permite conectar o acontecimento local aos processos nacionais; e a análise documental possibilita reconstruir empiricamente as formas pelas quais essas relações se manifestavam (Revel, 1998).

3 Fontes e procedimentos metodológicos

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem histórico-interpretativa, articulando pesquisa documental, revisão bibliográfica e análise crítica de fontes produzidas em diferentes momentos e sob distintas condições de produção. O objeto central é o Crime da Estação, ocorrido em Ouro Fino, Minas Gerais, em 1919, compreendido não como episódio isolado de violência, mas como acontecimento inserido em uma configuração política marcada por disputas locais, relações oligárquicas, práticas de coerção e limites à participação política.

O percurso da investigação exigiu também a redefinição do recorte temporal inicialmente estabelecido. O projeto de pesquisa previa o período de 1910 a 1925; entretanto, o levantamento documental demonstrou que esse intervalo não era suficiente para compreender a formação das relações políticas que antecederam o crime. O recorte foi, portanto, ampliado

para 1889 a 1919, permitindo acompanhar a constituição da ordem republicana local, a formação dos grupos políticos e as relações de poder que se consolidaram ao longo das primeiras décadas da República.

O corpus documental é constituído, principalmente, por fontes jornalísticas, obras memorialísticas, correspondências e bibliografia historiográfica. Entre os periódicos consultados encontram-se a *Gazeta de Ouro Fino*, *A Resposta de Ouro Fino*, *O Combate*, de São Paulo, e *A Noite*, do Rio de Janeiro. A presença de periódicos de diferentes procedências permite confrontar a produção jornalística local com registros provenientes de outros espaços, ampliando a possibilidade de identificar diferentes versões, interpretações e formas de representação dos acontecimentos relacionados à política ouro-finense.

A imprensa constitui, dessa maneira, uma das principais bases empíricas da pesquisa. Sua utilização, contudo, não se limita à localização de informações factuais. Os jornais são compreendidos como documentos produzidos por sujeitos historicamente situados e inseridos em determinadas relações políticas e sociais. Notícias, artigos, notas, comentários e posicionamentos editoriais são, portanto, analisados também como manifestações das disputas existentes no campo político local. Essa perspectiva é particularmente importante para o estudo de *Ouro Fino*, onde a imprensa se encontrava diretamente relacionada às disputas entre grupos políticos.

Essa perspectiva assume especial relevância diante das características do corpus analisado. A documentação sobre o Crime da Estação apresenta fragmentações, lacunas e diferentes formas de tratamento do acontecimento. A ausência de determinados registros não é, portanto, preenchida por conjecturas, mas incorporada como elemento da própria investigação. O silêncio documental pode revelar limites de circulação da informação, mecanismos de seleção da memória pública ou mesmo as condições políticas nas quais determinados acontecimentos não foram registrados e posteriormente lembrados. A pesquisa já identificava essa característica ao destacar a escassez de registros detalhados e o tratamento cauteloso conferido ao episódio pela imprensa local.

Nesse procedimento, a contribuição de Carlo Ginzburg (1989) torna-se fundamental. O paradigma indiciário oferece instrumentos para trabalhar com vestígios fragmentários, detalhes e sinais que, isoladamente, podem parecer pouco significativos, mas que adquirem relevância quando confrontados com outros documentos. A análise do Crime da Estação segue essa orientação ao considerar não apenas os registros diretamente relacionados ao episódio, mas também as informações aparentemente periféricas que permitem reconstruir as relações políticas, sociais e institucionais que lhe conferiram significado.

A pesquisa incorpora, igualmente, a perspectiva de Giovanni Levi (1992) sobre a micro-história. A redução da escala não significa, nessa abordagem, abandonar a análise das estruturas sociais em favor de uma narrativa exclusivamente particular. Ao contrário, a microanálise permite observar de maneira mais precisa como os sujeitos históricos atuavam dentro de estruturas que condicionavam suas possibilidades, mas que não determinavam mecanicamente suas ações. A atenção às relações, estratégias, negociações e conflitos torna possível compreender como estruturas políticas mais amplas adquiriam formas concretas na experiência cotidiana.

A documentação memorialística complementa esse conjunto de fontes. Entre as obras utilizadas encontram-se São Francisco de Paula de Ouro Fino nas Minas Gerais, de Leite (1940), O Fiel da Balança, de Wirth (1982), e Correspondência de Bueno Brandão, organizada por Casasanta (1958). Esses registros são importantes para a reconstrução de personagens, relações políticas e acontecimentos que não aparecem necessariamente de forma completa na documentação jornalística. Entretanto, por se tratar de registros produzidos em diferentes momentos, são confrontados com as fontes contemporâneas aos acontecimentos, evitando-se transformar a memória posterior em testemunho absoluto do passado.

O procedimento fundamental da pesquisa consiste, portanto, no cruzamento sistemático das fontes. As informações encontradas em um periódico ou relato são confrontadas, sempre que possível, com outros registros, procurando-se identificar convergências, divergências, contradições e lacunas. Esse procedimento é particularmente importante em uma investigação na qual parte da documentação judicial não se encontra disponível e na qual o tratamento jornalístico do acontecimento apresenta limitações.

A estação ferroviária ocupa, nesse procedimento, uma posição analítica particular. Conforme desenvolvido na pesquisa, ela é compreendida simultaneamente como espaço físico, político e simbólico. A ferrovia representava a modernização material de Ouro Fino e ampliava a circulação de pessoas, mercadorias e informações; entretanto, o mesmo espaço tornou-se cenário de um acontecimento que revelou tensões políticas e sociais profundas. A estação permite, assim, observar a coexistência entre modernização material e permanência de práticas políticas assentadas em relações pessoais de poder.

O percurso metodológico parte, portanto, da documentação local, reconstrói as relações políticas e sociais que antecederam o Crime da Estação e, posteriormente, relaciona os mecanismos identificados no caso particular às estruturas da Primeira República. O objetivo não é transformar Ouro Fino em modelo universal do período, mas demonstrar como a investigação rigorosa de uma realidade historicamente delimitada pode revelar aspectos do funcionamento político de uma ordem republicana marcada pelo poder oligárquico, pela

personalização das instituições, pela restrição da dissidência e pelo recurso à violência na administração dos conflitos.

4 Ouro fino na primeira república: formação de um espaço de poder

4.1 Modernização, ferrovia e a estação como categoria analítica

A integração ferroviária alterou significativamente a posição de Ouro Fino no espaço regional. A estação passou a concentrar fluxos de pessoas, mercadorias, informações e serviços, inserindo a cidade em circuitos de circulação que ultrapassavam os limites municipais. Na pesquisa, a estação é apresentada justamente como elemento central para compreender a coexistência entre modernização material e autoritarismo político, sendo tratada simultaneamente como espaço físico, político e simbólico.

Essa dimensão permite ultrapassar uma interpretação exclusivamente econômica da ferrovia. A estação não constitui apenas infraestrutura de transporte. Ela modifica a experiência espacial e temporal da cidade. O trem introduz um ritmo regulado por horários, deslocamentos e circulação, enquanto a vida política municipal continua estruturada por relações pessoais, alianças e formas tradicionais de autoridade.

Nesse sentido, a estação pode ser compreendida como um dispositivo do observatório micro-histórico. Ela concentra, em um mesmo espaço, dimensões aparentemente contraditórias da experiência republicana: circulação e controle; modernização e permanência; abertura para o exterior e vigilância sobre os indivíduos; progresso material e restrição política.

Essa coexistência é precisamente aquilo que a escala micro permite visualizar. O progresso material não elimina automaticamente as estruturas de poder existentes. Ele pode coexistir com elas, ser apropriado por elas e até mesmo contribuir para sua reorganização.

4.2 Júlio Bueno Brandão e o jogo de escalas do poder (Revel, 1998).

A trajetória política de Júlio Bueno Brandão permite aprofundar esse movimento entre escalas. Sua importância para Ouro Fino não deve ser analisada apenas como uma trajetória individual ou biográfica, mas como parte das redes políticas que articulavam o município às estruturas estaduais e nacionais da Primeira República.

A documentação reunida na pesquisa inclui a Correspondência de Bueno Brandão, organizada por Casasanta (1958), além de estudos sobre as oligarquias sul-mineiras, permitindo situar sua atuação no interior das relações políticas regionais.

O interesse micro-histórico dessa trajetória não está, portanto, em reconstruir uma biografia completa de Júlio Bueno Brandão. A questão é observar, por meio de sua atuação, como diferentes escalas de poder se articulavam.

Na escala municipal, as relações políticas eram construídas por meio de alianças, autoridades locais, imprensa, eleições e redes pessoais. Na escala estadual, essas relações se articulavam às estruturas do Partido Republicano Mineiro. Em escala nacional, por sua vez, faziam parte de um sistema político baseado na articulação entre os governos estaduais e o poder federal (Revel, 1998).

O município constitui, portanto, o ponto em que estruturas mais amplas se tornam práticas observáveis. A política oligárquica não aparece em Ouro Fino como uma abstração. Ela se manifesta por meio de pessoas, instituições, eleições, alianças e conflitos.

Essa perspectiva permite também evitar uma leitura excessivamente personalista do poder. Júlio Bueno Brandão não interessa à pesquisa apenas enquanto indivíduo poderoso, mas como agente situado em uma rede de relações políticas. O poder que se manifesta localmente é, simultaneamente, municipal, estadual e nacional.

A distinção é metodologicamente importante. Não se afirma que tudo aquilo que ocorreu em Ouro Fino reproduzia necessariamente a realidade de todas as cidades brasileiras. Afirma-se que determinadas relações identificadas no município podem tornar visíveis mecanismos de funcionamento do regime republicano que, na escala nacional, aparecem de maneira mais abstrata.

4.3 Imprensa, Molambos e Curiangos: os indícios da disputa política

Se a política local pode ser observada através das redes de poder, a imprensa permite acompanhar parte das disputas pela produção de versões sobre essa realidade. O corpus desta pesquisa inclui a Gazeta de Ouro Fino, A Resposta de Ouro Fino, O Combate, de São Paulo, e A Noite, do Rio de Janeiro.

Esses periódicos não são tratados como simples repositórios de informações. São fontes produzidas dentro de contextos políticos específicos e, portanto, constituem também vestígios das disputas que atravessavam a sociedade local.

A pesquisa identifica a existência de dois grupos políticos denominados Curiangos e Molambos e relaciona o recrudescimento das disputas entre eles ao processo que culminaria na morte de dois jovens políticos em Ouro Fino. A imprensa constitui, nesse contexto, um espaço

privilegiado para acompanhar a construção das identidades políticas e a circulação das diferentes versões sobre os conflitos.

Entretanto, é necessário manter uma distinção fundamental entre indício e prova. Uma formulação elogiosa, um silêncio ou uma diferença de tratamento não autorizam, isoladamente, a atribuição de uma estratégia política deliberada. O procedimento científico exige que esses elementos sejam confrontados com outros registros antes de se estabelecer uma interpretação.

Assim, se a Gazeta de Ouro Fino e A Resposta de Ouro Fino apresentarem versões distintas de determinado acontecimento, essa divergência não será tratada simplesmente como erro de uma das fontes. Ela poderá constituir um indício da existência de diferentes posições diante do conflito. A hipótese deverá, contudo, ser sustentada pelo conjunto documental.

O mesmo vale para os silêncios. A pesquisa registra a escassez de registros detalhados sobre o crime e o tratamento cauteloso conferido ao episódio pela imprensa local. Em uma perspectiva inspirada por Bloch e Ginzburg, essa ausência não deve ser simplesmente ignorada. Ela deve ser interrogada: o que não aparece? Em quais fontes não aparece? Durante quanto tempo? O que aparece em seu lugar?

A imprensa torna-se, assim, parte do próprio objeto. Ela não apenas registra a disputa entre Molambos e Curiangos; participa do espaço no qual essa disputa é narrada, legitimada e disputada.

4.4 A eleição de 1910: dissidência, agência e precedente micro-histórico

A eleição de 1910 constitui um momento decisivo para a compreensão da polarização política que antecedeu o Crime da Estação. No âmbito nacional, a sucessão presidencial ocorreu em contexto de intensa disputa política. No âmbito local, entretanto, os conflitos nacionais adquiriram configurações próprias, articulando-se às redes de poder já existentes em Ouro Fino.

A pesquisa demonstra que o recorte inicialmente delimitado ao período de 1910 a 1925 precisou retroceder até 1889 justamente porque a compreensão do crime exigia acompanhar a formação das relações políticas que o antecederam. Essa alteração do recorte é, por si só, um resultado metodológico importante: o acontecimento de 1919 não poderia ser explicado adequadamente sem a reconstrução de sua temporalidade anterior.

A organização do Partido Civilista em Ouro Fino, ainda que numericamente limitada, constitui um episódio relevante nesse processo. Sua existência evidencia que havia, no município, espaços de contestação à ordem política dominante. Mais importante do que seu

tamanho é a possibilidade de observar, por meio dessa experiência, as margens de ação disponíveis aos grupos dissidentes.

A organização de uma oposição política, portanto, pode ser compreendida como uma forma de agência situada. Ela não significa que os grupos oposicionistas possuísem condições equivalentes às das forças dominantes; significa que, mesmo diante de relações assimétricas de poder, existiam iniciativas de contestação.

A própria pesquisa identifica a existência de receio de perseguições e submissão política entre setores da população, ao mesmo tempo em que registra a organização da oposição. Essa combinação é particularmente reveladora: a existência do medo não elimina a agência; ajuda a definir suas condições de possibilidade.

A eleição de 1910 pode, portanto, ser compreendida como um precedente micro-histórico. Ela permite observar, em escala reduzida, a tensão entre instituições republicanas formalmente abertas à competição política e relações locais que restringiam as possibilidades efetivas dessa competição.

Dessa maneira, 1910 constitui uma etapa importante na genealogia política do Crime da Estação. O assassinato de 1919 não aparece mais como acontecimento repentino, mas como episódio inserido em uma história anterior de polarização, disputa e contenção da dissidência.

4.5 Entre o progresso republicano e a política de mando

A análise de Ouro Fino entre 1889 e 1919 revela, portanto, uma configuração histórica na qual modernização material e controle político não constituíam fenômenos necessariamente contraditórios. A cidade podia ampliar sua infraestrutura, integrar-se à rede ferroviária, intensificar a circulação comercial e experimentar novas formas de sociabilidade sem que isso significasse a dissolução das relações pessoais de poder.

A estação ferroviária torna essa coexistência particularmente visível. Ela representa o movimento, a circulação e a abertura da cidade para novos espaços, mas também constitui um lugar de concentração de pessoas, informações e vigilância. O mesmo espaço que simboliza o progresso republicano torna-se, em 1919, o local no qual uma violência política será materializada.

É precisamente nessa interseção que o observatório micro-histórico demonstra sua utilidade. Em vez de separar artificialmente modernização e autoritarismo, a análise permite observar como ambos participavam de uma mesma experiência histórica.

O conceito de observatório permite, portanto, realizar uma operação que evita tanto a idealização da modernidade quanto a caracterização simplista do período como mera permanência arcaica. Ouro Fino não é apresentada como uma cidade "atrasada" diante de um Brasil moderno. É precisamente a coexistência dessas dimensões que constitui o objeto histórico.

Nesse sentido, a escala local não diminui o alcance da interpretação. Ela o modifica. O que aparece como estrutura na escala nacional torna-se relação concreta na escala municipal. O coronelismo transforma-se em rede de dependências; a disputa oligárquica transforma-se em conflito entre grupos; a restrição da cidadania transforma-se em medo e contenção da dissidência; a imprensa transforma-se em campo de disputa; e a violência política transforma-se em acontecimento vivido (Revel, 1998).

Essa é a principal conclusão desta etapa da pesquisa: antes de ser um acontecimento isolado, o Crime da Estação foi produzido por uma configuração histórica. A modernização da cidade, a consolidação das redes políticas, a atuação da imprensa, a existência de grupos de oposição e os limites impostos à dissidência constituem elementos de uma mesma história. É nesse terreno que o acontecimento de 1919 deve ser agora investigado.

5 O crime da estação: reconstrução de um acontecimento em escala micro-histórica.

5.1 O acontecimento e a disputa política

A pesquisa identifica que o recrudescimento das disputas entre Curiangos e Molambos como elemento fundamental para compreender a violência que culminou na morte dos dois jovens políticos.

O acontecimento, portanto, não deve ser isolado de sua temporalidade. A violência de 1919 aparece como momento extremo de um processo no qual disputas políticas, perseguições administrativas e mecanismos de silenciamento já haviam produzido um ambiente de crescente tensão. Essa perspectiva altera a pergunta central da investigação. Em lugar de limitar a análise à identificação dos responsáveis pelo ato violento, interessa compreender quais condições políticas e sociais permitiram que a violência emergisse como possibilidade de administração do conflito.

O crime, nesse sentido, é simultaneamente acontecimento e vestígio. É um acontecimento porque ocorreu em circunstâncias históricas específicas, envolvendo sujeitos concretos. É vestígio porque sua documentação permite investigar relações políticas que não se apresentam diretamente como estruturas abstratas.

5.2 A estação como espaço do acontecimento

A estação ferroviária ocupa posição singular nessa reconstrução. A pesquisa demonstra que ela é empregada como categoria analítica central, compreendida simultaneamente como espaço físico, político e simbólico.

Antes de ser o local do crime, a estação já constituía um dos espaços mais expressivos da transformação de Ouro Fino. A ferrovia ampliou a circulação de pessoas, mercadorias e informações e conectou a cidade a redes regionais mais amplas.

O acontecimento de 1919 atribui, entretanto, nova dimensão a esse espaço. A estação, associada ao discurso republicano de progresso e modernização, transforma-se em lugar de tensão e violência. O espaço de circulação passa a ser também espaço de conflito. Essa sobreposição não deve ser interpretada como simples oposição entre modernidade e arcaísmo. O interesse histórico está precisamente na coexistência dessas dimensões.

O trem introduzia uma temporalidade marcada pela velocidade, pelo horário e pela circulação. As relações políticas locais, entretanto, continuavam estruturadas por vínculos pessoais, hierarquias e mecanismos de controle.

É nesse sentido que ela pode ser entendida como uma primeira ferramenta do observatório micro-histórico: permite observar, em um espaço concreto, a interseção entre modernização material, circulação social, relações de poder e violência política.

5.3 A imprensa e a disputa pela produção das narrativas

A presença de periódicos locais e externos permite acompanhar diferentes níveis de circulação das informações. Entretanto, os jornais não são tratados como fontes neutras. Eles constituem documentos produzidos em contextos políticos específicos e, por isso, devem ser interrogados também como agentes da produção das narrativas sobre a realidade local.

Essa perspectiva é especialmente importante porque a própria pesquisa identificou a imprensa como espaço de disputa política. As divergências entre periódicos, quando documentadas, não devem ser imediatamente reduzidas à oposição entre “verdade” e “erro”. Podem revelar diferentes posições diante dos acontecimentos, diferentes formas de selecionar informações e diferentes maneiras de construir a imagem dos sujeitos envolvidos.

Aqui, o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg assume função metodológica concreta. O historiador deve observar não somente as informações explícitas, mas também detalhes, recorrências, mudanças de vocabulário, omissões e contradições (Ginzburg, 1989).

O silêncio de um jornal, isoladamente, não permite concluir que houve censura. Uma formulação elogiosa, isoladamente, não demonstra uma estratégia deliberada de legitimação política. Para tais elementos adquirirem força interpretativa, é necessário confrontá-los com outros documentos.

O presente estudo registra justamente a escassez de registros detalhados sobre o crime e a forma cautelosa como a imprensa local tratou o episódio. Esses elementos autorizam uma investigação sobre os limites da circulação da palavra e da construção da memória pública, mas não permitem, por si sós, afirmar a existência de uma operação coordenada de censura.

A imprensa torna-se, assim, simultaneamente fonte sobre o acontecimento e fonte sobre as condições de produção das narrativas acerca dele.

5.4 O silêncio documental e os limites da reconstrução

A documentação disponível não permite reconstruir todos os detalhes do Crime da Estação. A ausência de registros judiciais completos e a fragmentação das fontes constituem limites objetivos da investigação. Em vez de ocultar essas limitações, a pesquisa as incorpora ao próprio método.

Marc Bloch ensinou que o documento precisa ser interrogado criticamente, e a perspectiva micro-histórica reforça a importância dos vestígios fragmentários. O estudo segue essa orientação ao considerar lacunas, contradições e silêncios como elementos historicamente relevantes (Bloch, 2001). Primeiro, ela não pode ser convertida automaticamente em prova de ocultamento deliberado. Segundo, também não deve ser considerada historicamente irrelevante.

A pergunta adequada é: em que circunstâncias determinadas informações foram preservadas, outras desapareceram e algumas permaneceram apenas em registros fragmentários? Essa questão aproxima a história do crime da história da memória e do esquecimento. O que chegou até o pesquisador é resultado de processos históricos de registro, seleção, preservação e transmissão.

O silêncio documental, portanto, não explica sozinho o acontecimento, mas ajuda a delimitar o campo dentro do qual ele pode ser historicamente reconstruído.

5.5 A investigação judicial: entre legalidade e relações de poder

A análise não se encerra no momento da violência. A investigação judicial constitui uma segunda dimensão fundamental do acontecimento. Segundo os resultados apresentados, a investigação foi conduzida de maneira seletiva, apresentando omissões significativas, ausência

de testemunhas-chave e uma condução orientada para a rápida neutralização do conflito. O estudo interpreta esse padrão como expressão da fragilidade da autonomia judicial e da instrumentalização da justiça como mecanismo de preservação da ordem vigente.

Esse resultado desloca o foco da pergunta. Não basta perguntar: O que aconteceu na estação? É necessário perguntar também: Como as instituições republicanas responderam ao acontecimento? A resposta institucional constitui parte do próprio acontecimento histórico.

Se a justiça era formalmente apresentada como instrumento de aplicação universal da lei, a investigação de Ouro Fino permite observar como essa legalidade podia operar de maneira diferenciada segundo a posição dos agentes envolvidos nas redes locais de poder. A pesquisa conclui que justiça e poder não funcionavam como esferas autônomas, mas como dimensões interligadas de um mesmo sistema político.

5.6 Sujeitos, estratégias e possibilidades de ação

Os sujeitos históricos atuavam em estruturas que condicionavam suas possibilidades, mas também desenvolviam estratégias, estabeleciam alianças e disputavam posições.

Essa perspectiva é particularmente importante para compreender os grupos políticos locais. Curiangos e Molambos não devem ser tratados como categorias homogêneas. Eram constituídos por sujeitos concretos, inseridos em redes de relações e portadores de diferentes recursos políticos e sociais. A análise do conflito deve, portanto, procurar observar não apenas a existência dos grupos, mas as estratégias utilizadas pelos sujeitos que os compunham.

O conflito de 1919 deve ser compreendido, portanto, como resultado de relações entre estruturas e sujeitos, e não como consequência mecânica de uma estrutura oligárquica abstrata.

5.7 O acontecimento como condensação de escalas

O crime da Estação pode, nesse momento, ser observado simultaneamente em diferentes escalas. Na escala imediata, temos a violência ocorrida em uma estação ferroviária. Na escala local, temos os grupos políticos, a imprensa, as autoridades e as relações de poder de Ouro Fino. Na escala regional, encontramos as redes políticas sul-mineiras e sua articulação com as estruturas estaduais. Na escala nacional, encontramos o sistema político da Primeira República, o coronelismo, a Política dos Governadores e os limites da cidadania política. É justamente sua articulação que produz a interpretação.

O acontecimento local permite visualizar relações que, na narrativa nacional, aparecem condensadas em categorias gerais. O coronelismo passa a possuir sujeitos; a oposição passa a

possuir estratégias; a imprensa passa a possuir posições; a justiça passa a possuir práticas. O observatório micro-histórico não reduz, portanto, o alcance da investigação. Ele modifica o ponto a partir do qual o historiador observa o funcionamento do sistema.

6 O crime da estação e a primeira república: o local como chave de interpretação do nacional

6.1 Poder local e funcionamento da ordem oligárquica

A análise de Ouro Fino reforça a compreensão da Primeira República como uma ordem política marcada por mecanismos de participação restrita e forte influência das elites locais. A investigação identifica uma configuração na qual justiça, polícia e administração pública encontravam-se profundamente relacionadas às redes políticas existentes no município.

O interesse micro-histórico dessa constatação está justamente em observar como uma estrutura nacional adquiria forma concreta. Na escala macro, fala-se em coronelismo. Na escala local, observam-se relações entre pessoas, instituições e grupos.

6.2 A Política dos Governadores vista de baixo

A mudança de escala permite avançar em relação à interpretação da Política dos Governadores como fenômeno exclusivamente situado na esfera das relações entre os grandes centros de poder.

Na narrativa nacional, a Política dos Governadores aparece como mecanismo de articulação entre o poder federal e as elites estaduais. Quando observada a partir de Ouro Fino, entretanto, essa estrutura pode ser interrogada a partir de seus efeitos concretos sobre a política municipal. A trajetória política de Júlio Bueno Brandão constitui um ponto privilegiado para essa observação. Sua atuação permite perceber que as fronteiras entre política municipal, estadual e nacional eram porosas. As redes locais não estavam isoladas do sistema político mais amplo; participavam de sua reprodução.

O jogo de escalas de Jacques Revel (1998) permite compreender essa relação sem reduzir um nível ao outro. A escala nacional fornece o quadro estrutural no qual o poder local se insere, enquanto a escala municipal permite observar como esse sistema era efetivamente praticado.

6.3 A cidadania republicana e os limites da dissidência

A experiência de Ouro Fino também permite problematizar a ideia de que a República teria produzido automaticamente uma ampliação efetiva da participação política.

A investigação identifica uma estrutura marcada pela exclusão política, pela seletividade institucional e pela dificuldade de atuação dos grupos de oposição. A existência formal de eleições, partidos e instituições republicanas não significava que todos os indivíduos dispusessem de condições equivalentes para participar da disputa política.

A organização da oposição local, inclusive a experiência do Partido Civilista, demonstra, entretanto, que havia agência política. Essa agência era exercida em condições desiguais. Aqui, a contribuição de Giovanni Levi torna-se particularmente importante. Os sujeitos não devem ser tratados como simples vítimas passivas das estruturas. Eles desenvolviam estratégias, estabeleciam alianças e procuravam ampliar suas possibilidades de ação (Levi, 1992).

6.4 Justiça, legalidade e poder

Um dos resultados mais relevantes da análise de Ouro Fino é a possibilidade de observar a relação entre legalidade formal e exercício efetivo do poder.

A República construiu suas instituições sob o discurso da legalidade, mas a investigação do Crime da Estação demonstra que a aplicação da justiça podia ser atravessada pelas relações políticas locais. A pesquisa identificou omissões, ausência de testemunhas-chave e uma condução da investigação orientada para a neutralização do conflito.

O que o episódio demonstra é algo mais específico: em determinada configuração local, a autonomia institucional podia ser tensionada pelas relações de poder existentes. A justiça, nesse sentido, não aparece como esfera completamente exterior à política.

6.5 Violência política: ruptura ou mecanismo de poder?

A questão da violência constitui o ponto central da interpretação. A pesquisa sustenta que o crime não deve ser compreendido simplesmente como ruptura da ordem republicana, mas como sintoma de uma ordem política marcada pela contenção do conflito, pelo silenciamento da oposição e pela personalização do poder.

Essa interpretação permite compreender a violência política em sentido mais amplo. Ela não se limita ao ato físico de matar. Envolve também mecanismos de intimidação, perseguição, silenciamento, restrição da dissidência e utilização desigual das instituições.

No caso de Ouro Fino, a violência não pode ser isolada das relações políticas que a antecederam. Significa que determinada configuração política produzia condições nas quais formas extremas de violência podiam ser mobilizadas, toleradas ou posteriormente administradas institucionalmente. A violência aparece, portanto, não como algo inteiramente exterior à política, mas como possibilidade inscrita em determinadas relações políticas.

Essa interpretação permite compreender o Crime da Estação como um episódio no qual a dimensão física da violência tornou visíveis mecanismos de coerção que também podiam operar por meios institucionais e simbólicos.

6.6 O Crime da Estação como chave de interpretação

A partir das análises desenvolvidas, o Crime da Estação pode ser compreendido como uma chave de interpretação da Primeira República, não porque explique sozinho o regime, mas porque permite visualizar sua estrutura mediante um acontecimento singular.

O crime revela uma República que combinava instituições modernas e práticas políticas personalizadas; eleições e restrições à participação; legalidade formal e aplicação desigual das instituições; modernização material e permanência de relações de mando.

Essa leitura permite qualificar e interrogar generalizações da historiografia sobre a Primeira República. Quando o coronelismo é observado em escala municipal, deixa de ser apenas uma categoria estrutural e é investigado através das relações concretas que o constituíam. Quando a Política dos Governadores é observada de baixo, possibilita-se perguntar como suas articulações eram vivenciadas pelos municípios. Quando a cidadania republicana é observada no cotidiano, tornam-se visíveis as distâncias entre a igualdade jurídica formal e as condições concretas de participação.

Quando a violência política é observada a partir de um acontecimento específico, permite-se investigar os mecanismos que a antecederam e as instituições que posteriormente a administraram.

7 Considerações finais

A presente investigação partiu de uma questão central: em que medida a análise de um acontecimento circunscrito à história de uma cidade pode contribuir para a compreensão de

processos políticos de alcance nacional? A análise do Crime da Estação, ocorrido em Ouro Fino, Minas Gerais, em 1919, permite responder a essa questão a partir da articulação entre História Local, micro-história e jogo de escalas (Revel, 1998).

Nesse sentido, os resultados deste estudo demonstram que a redução da escala não restringe necessariamente o alcance explicativo da investigação. Ao contrário, permite aumentar a resolução do olhar histórico. Em Ouro Fino, categorias como coronelismo, poder local, oposição política, violência e justiça deixam de aparecer apenas como conceitos estruturais e são observadas por meio de sujeitos, instituições, relações e práticas historicamente situadas. O coronelismo, por exemplo, não aparece apenas como uma estrutura estática. A observação em escala municipal permite compreendê-lo como relação viva entre sujeitos, instituições, alianças e estratégias. O poder não está simplesmente localizado em uma pessoa; ele é produzido e reproduzido por redes de relações.

Essa constatação é particularmente importante para compreender a relação entre poder local e estruturas mais amplas da Primeira República. A Política dos Governadores, observada em escala nacional, constitui uma estrutura de articulação entre diferentes níveis de poder. Observada a partir de Ouro Fino, pode ser interrogada por meio das relações concretas que vinculavam lideranças municipais, elites regionais e estruturas estaduais (Revel, 1998).

O mesmo procedimento pode ser aplicado à compreensão da cidadania republicana. A existência formal de eleições, partidos e instituições não significava igualdade efetiva nas condições de participação política. A experiência da oposição em Ouro Fino demonstra que a agência dos sujeitos coexistia com mecanismos de controle e relações assimétricas de poder.

A investigação da resposta judicial ao crime acrescentou outra dimensão importante. Os resultados demonstram que, no caso estudado, a aplicação da legalidade republicana não pode ser analisada independentemente das relações de poder existentes no município. A investigação apresentou elementos de seletividade, omissões e ausência de testemunhas fundamentais, indicando que a autonomia institucional podia ser tensionada pelas relações políticas locais.

O Crime da Estação revela, assim, uma dimensão fundamental da experiência republicana: a coexistência entre legalidade formal e práticas políticas concretas.

A mesma lógica pode ser observada na relação entre modernização e poder. A estação ferroviária, símbolo da integração econômica e da modernização material de Ouro Fino, tornou-se o espaço no qual a violência política se materializou. Essa coincidência não autoriza estabelecer uma relação causal entre ferrovia e violência. Sua importância é outra: a estação constitui uma expressão material e historicamente situada da coexistência entre modernização e relações de mando.

Nesse sentido, o Crime da Estação pode ser compreendido como sintoma de uma configuração política, e não simplesmente como desvio individual ou ruptura inexplicável. A violência não deve ser entendida como característica inevitável de toda a Primeira República, mas como possibilidade inscrita em determinadas relações políticas e mobilizada, em situações específicas, como forma extrema de administração do conflito.

A principal contribuição desta investigação está, portanto, na demonstração de que a História Local, quando articulada à micro-história, tornar-se instrumento de crítica das interpretações nacionais. É nesse sentido que o conceito de observatório microhistórico constitui a principal contribuição metodológica proposta por este artigo.

Essa perspectiva permite também qualificar determinadas generalizações da historiografia sobre a Primeira República. O coronelismo deixa de ser compreendido apenas como estrutura; torna-se relação. A Política dos Governadores deixa de aparecer somente como mecanismo entre elites estaduais e governo federal; pode ser observada em suas repercussões locais. A violência política deixa de ser apenas categoria geral; torna-se acontecimento situado, com sujeitos, espaços, instituições e consequências.

A investigação apresenta limites documentais que precisam ser explicitados. A fragmentação das fontes, a ausência de documentação judicial completa e o tratamento cauteloso do episódio pela imprensa restringem a possibilidade de reconstruir integralmente determinadas circunstâncias do crime. Esses limites não invalidam os resultados, mas delimitam o alcance das conclusões.

Uma primeira possibilidade consiste na ampliação do corpus documental, especialmente por meio da localização de novos periódicos, documentos administrativos, registros judiciais, correspondências privadas e outras fontes capazes de complementar os vestígios já identificados.

Uma segunda possibilidade consiste na realização de estudos comparativos com outros municípios do Sul de Minas e de diferentes regiões brasileiras durante a Primeira República. A comparação permitiria verificar se relações semelhantes entre poder local, imprensa, justiça, dissidência e violência aparecem em diferentes configurações históricas ou se assumem características próprias em cada município.

Uma terceira possibilidade diz respeito à aplicação do próprio observatório micro-histórico a outros acontecimentos políticos. Crimes, conflitos eleitorais, perseguições, disputas jornalísticas e episódios de violência ocorridos em diferentes localidades podem constituir novos pontos de observação para investigar como as estruturas republicanas eram vivenciadas fora dos grandes centros.

Nesse sentido, o conceito proposto apresenta potencial de aplicação comparativa. Sua validade como ferramenta metodológica mais ampla, entretanto, deverá ser avaliada por pesquisas futuras, em diferentes contextos documentais e regionais. O caso de Ouro Fino constitui, portanto, uma primeira demonstração de sua capacidade analítica, e não uma pretensão de universalização.

Essa abertura para a comparação reforça o lugar da História Local na historiografia brasileira. O município deixa de ser apenas o limite geográfico da pesquisa e constitui uma escala de investigação capaz de produzir questões para a história nacional.

O Crime da Estação não é uma exceção à história republicana. É a manifestação, em sua forma mais crua e visível, de tensões e mecanismos que a análise em escala micro-histórica permite tornar historicamente observáveis.

O estudo de Ouro Fino demonstra, finalmente, que a História Local pode contribuir para a História Nacional não quando pretende representar o país inteiro, mas quando consegue fazer perguntas nacionais a partir de problemas locais.

E é precisamente nessa passagem que o Crime da Estação se transforma de episódio da história de Ouro Fino em uma chave de interpretação da Primeira República brasileira.

Declaração de Uso de Inteligência Artificial

Durante o processo de produção deste artigo, especificamente nas etapas de organização estrutural, revisão textual e identificação de redundâncias, foi utilizada a ferramenta ChatGPT com o propósito de auxiliar na revisão da redação, na reorganização do texto e na síntese de trechos repetitivos. Após a utilização da ferramenta, o autor revisou e editou a apresentação dos resultados, sendo inteiramente responsável pelo conteúdo aqui apresentado.

Referências

BARROS, J. D'A. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLOCH, M. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Tradução de A. Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASASANTA, G. **Correspondência de Bueno Brandão**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Tradução de F. Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, A. **São Francisco de Paula de Ouro-Fino nas Minas-Gerais.** Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1940.

LEVI, G. Sobre a micro-história. *In:* BURKE, P. (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 133-162.

REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

WIRTH, J. D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Fontes primárias e periódicos

A NOITE. Rio de Janeiro, 1919

A RESPOSTA DE OURO FINO. Ouro Fino, MG, 1919.

GAZETA DE OURO FINO. Ouro Fino, MG, 1919.

O COMBATE. São Paulo, 1919.

Data de submissão: 17/08/2026

Data de aceite: 11/09/2026